Universidades Públicas, territorialização da Agenda 2030 e as Relações Públicas[1]

Kawê Da Silva VERONEZI[2]
Júlia Gonsalo DE CARVALHO[3]
Julia Weber[4]
Claudia Herte de Moraes [5]

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

Resumo

Este trabalho apresenta um ensaio teórico que discute o papel das Universidades Públicas e do campo das Relações Públicas no processo de territorialização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Parte-se da premissa de que agendas globais enfrentam limites de efetivação quando não consideram as especificidades sociais, políticas e culturais dos territórios. Nesse contexto, argumenta-se que as universidades públicas ocupam posição estratégica ao articular produção de conhecimento, formação cidadã e interação com a sociedade. A partir de revisão bibliográfica, o estudo analisa como as Relações Públicas possuem potencial de contribuir para a mediação entre agendas globais e realidades territoriais, indicando a necessidade de ampliar a reflexão sobre suas práxis no contexto universitário.

Palavras-chave: Agenda 2030; Territorialização; Universidade; Desenvolvimento Sustentável; Relações Públicas.

Corpo do trabalho

As Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente as Universidades Públicas brasileiras, desempenham papel relevante na produção de conhecimento e na promoção do desenvolvimento social. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e financeira, orientando-se

---

[1] Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação Público e Política, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.
[2] Bacharel em Relações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria Campus Frederico Westphalen, e-mail: kawe.veronezi@acad.ufsm.br.
[3] Estudante de Graduação em Relações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria Campus Frederico Westphalen, email: julia.gonsalo@acad.ufsm.br .
[4] Estudante de Graduação em Relações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria Campus Frederico Westphalen, email: weber.julia@acad.ufsm.br
[5] Doutora em Comunicação e Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria campus Frederico Westphalen. E-mail: claudia.moraes@ufsm.br

pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (DO BRASIL, 1988). Conforme destaca Jenize (2004), essa tríade constitui o fundamento da função social da universidade, ao articular formação acadêmica, produção de conhecimento e interação com a sociedade. Para além da transmissão de conteúdos técnicos, essas instituições assumem uma responsabilidade pública em benefício da sociedade.

Nos últimos anos, diferentes estudos têm apontado o potencial das Instituições de Ensino Superior para atuar como agentes de transformação social ao incorporar princípios de sustentabilidade em suas práticas acadêmicas e institucionais (KIOUPI; VOULVOULIS, 2020; CHANG; LIEN, 2020; PINHABE; CABRAL; GALVÃO, 2022). Diante da intensificação de desafios contemporâneos, como desigualdades sociais, crises socioambientais e transformações econômicas, as universidades passam a ocupar posição estratégica na promoção de caminhos democráticos e sustentáveis.

Esse debate ganha novos contornos com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda estabelece metas voltadas à construção de sociedades mais justas, inclusivas e ambientalmente responsáveis. Além de orientar políticas globais, a agenda constitui um imaginário mobilizador de futuro que articula diferentes esforços para enfrentar desigualdades e injustiças sociais (GALVÃO, 2020; VERONEZI, 2021).

Entretanto, a efetivação dessas agendas enfrenta desafios quando confrontada com as especificidades sociais, políticas e culturais dos territórios, tornando necessária sua territorialização por meio de estratégias adaptadas aos contextos locais.

Entre os objetivos da Agenda 2030, o ODS 17 destaca a importância de parcerias e cooperação entre diferentes atores sociais para a implementação das metas globais (ONU, 2015). As universidades públicas configuram-se como instituições estratégicas nesse processo ao articular conhecimento científico e interação com a sociedade.

No contexto da Agenda 2030, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) nas universidades funciona como um indutor de mudança cultural, preparando os cidadãos para ler o mundo de modo crítico e agir na reparação de injustiças históricas e socioambientais.

Embora haja crescente alinhamento com os princípios da Agenda 2030, ainda se faz necessária uma transformação organizacional que favoreça o trabalho em rede e abordagens interdisciplinares (PINHABE; CABRAL; GALVÃO, 2022). Esse desafio evidencia que a implementação das agendas globais não depende apenas de diretrizes institucionais, mas também

de processos comunicacionais capazes de articular diferentes atores sociais, produzir sentidos compartilhados e promover o engajamento coletivo em torno das metas de desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a comunicação assume papel estratégico na mediação entre agendas globais, instituições e territórios.

Conforme argumenta Andrade (2008), a sustentabilidade nas organizações depende não apenas da formulação de políticas institucionais, mas também de processos formativos capazes de estimular a participação dos diferentes públicos na construção de soluções coletivas. Nesse sentido, destaca-se a dimensão educativa da comunicação. Andrade (1981) define a ação educativa como um princípio das Relações Públicas, caracterizado pela transmissão sistemática de informações que possibilitem aos públicos compreender determinados temas e posicionar-se diante deles. A comunicação passa, assim, a atuar como mediadora de processos de aprendizagem social, contribuindo para ampliar o nível de informação e de engajamento dos públicos.

A compreensão da comunicação como processo educativo e mobilizador também desafia paradigmas tradicionais do campo das Relações Públicas, especialmente aqueles centrados em abordagens instrumentais da gestão comunicacional. Historicamente, a área foi influenciada por abordagens funcionalistas, especialmente pela Teoria da Excelência de James E. Grunig (1992), centrada na gestão da comunicação organizacional. Embora esse paradigma tenha contribuído para a institucionalização da profissão, ele também limitou, em muitos casos, o escopo crítico da área ao priorizar objetivos organizacionais.

Em contraposição, as Relações Públicas Críticas ampliam a compreensão da comunicação como espaço de disputa de sentidos, poder e construção social da realidade (SILVA, 2024). A inserção das Relações Públicas nesse debate representa, portanto, um deslocamento em relação às abordagens estritamente instrumentais da área, ao reconhecer a comunicação como prática social capaz de mediar conflitos, construir significados compartilhados e fomentar processos de participação na esfera pública.

Essa perspectiva também se manifesta na compreensão do profissional de comunicação organizacional e relações públicas como agente de sensibilização social, contribuindo para a defesa de políticas sustentáveis e para a promoção de valores associados à justiça social, à preservação ambiental e à cultura de paz (GONÇALVES; RUIZ-MORA, 2020). Sendo assim, um mediador capaz de articular diferentes atores (Estado, organizações e sociedade civil) e de

promover processos comunicacionais orientados pela responsabilidade social e pela sustentabilidade (KUNSCH, 2022).

No contexto das universidades públicas, essa perspectiva contribui para repensar o papel das Relações Públicas na mediação entre agendas globais e realidades territoriais. A integração entre ensino, pesquisa e extensão potencializa a construção de uma consciência social coletiva e abre espaço para iniciativas comunicacionais voltadas à territorialização das metas da Agenda 2030, dimensão na qual a atuação dos profissionais de Relações Públicas é estratégica (VERONEZI, 2021). Ao aproximar princípios globais das dinâmicas locais, tais iniciativas ampliam a compreensão pública sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e fortalecem processos de corresponsabilidade social em torno dessas agendas.

A exemplo da proposta do Programa Estratégico de Comunicação para Implementação Local da Agenda 2030, a Vanguarda Sustentável (VERONEZI, 2021) é um processo de comunicação que garante a deliberação popular acerca da implementação dos ODS no território e mobiliza parcerias e recursos para a potencialização do alcance das metas da Agenda 2030 nos municípios do Rio Grande do Sul.

A parceria entre Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal de Brasília evidencia esse movimento de territorialização ao propor novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que respondem a lacunas da realidade nacional, como o ODS 18 (Igualdade Racial), o ODS 19 (Cultura, Arte e Comunicação) e o ODS 20 (Povos Originários e Comunidades Tradicionais). Essas proposições refletem o amadurecimento do debate acadêmico sobre a necessidade de adaptar agendas globais às especificidades históricas, sociais e culturais do país. Ao colocarem na centralidade da cultura, da comunicação e da diversidade socioterritorial nos processos de desenvolvimento, tais iniciativas reforçam a importância de estratégias comunicacionais capazes de articular diferentes atores sociais, ampliando os processos de participação e mobilização em torno da sustentabilidade.

Nesse contexto, argumenta-se que a territorialização da Agenda 2030 depende de processos comunicacionais e institucionais de mediação entre agendas globais e realidades territoriais, nos quais as Universidades Públicas desempenham papel estratégico e as Relações Públicas podem atuar como campo articulador de mobilização social, participação e construção de sentidos em torno do Desenvolvimento Sustentável.

Referências

ANDRADE, Cláudio. Relações Públicas e sustentabilidade. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 12, n. 12, p. 85-106, 2008.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Relações públicas governamentais**. In: ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza (org.). *Mini-anais da II Semana Paulista de Estudos de Relações Públicas*. São Paulo: [s.n.], 1981.

CHANG, Ya-Ching; **LIEN**, Hsing-Lung. Mapping course sustainability by embedding the SDGS inventory into the university curriculum: a case study from national university of Kaohsiung in Taiwan. Sustainability, v. 12, n. 10, p. 4274, 2020.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

GALVÃO, Thiago Gehre. The 2030 international order and the future of global development/A ordem internacional de 2030 eo futuro do desenvolvimento global. Meridiano 47, v. 21, p. NA-NA, 2020.

GONÇALVES, Gisela; **RUIZ-MORA**, Isabel. A ética das Relações Públicas. Um estudo comparativo dos códigos de conduta profissional em Espanha e Portugal e o código da Global Alliance for Public Relations and Communication Management. **Profesional de la Información**, v. 29, n. 3, 2020.

JENIZE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. 2004.

KIOUPI, Vasiliki; **VOULVOULIS**, Nikolaos. Sustainable Development Goals (SDGs): assessing the contribution of higher education programmes. Sustainability, Basel, v. 12, n. 17, 2020. doi: https://doi.org/10.3390/su12176701.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. Organicom, v. 19, n. 39, p. 16-31, 2022.

PINHABE, Isadora Sonego; **CABRAL**, Raquel; **GALVÃO**, Thiago Gehre. Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030. **Organicom**, v. 19, n. 39, p. 32-47, 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

SILVA, Daniel Reis. A perspectiva crítica das Relações Públicas: renovação teórica e desafios. **Animus - Revista Interdisciplinar de Comunicação Audiovisual**, v. 23, n. 51, 2024.

VERONEZI, Kawê da Silva. **Programa estratégico em comunicação para implementação local da Agenda 2030**: uma proposta para o desenvolvimento sustentável. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas) – Universidade Federal de Santa.